

EMENDA	QUEM APRESENTOU	RESUMO SIMPLIFICADO
<u>EMENDA 519</u>	Senador Eduardo Gomes (PL-TO)	<i>Critérios mais complexos de distribuição de arrecadação do IBS de previdência complementar e para títulos de capitalização, que não considerem só o domicílio principal do beneficiário</i>
<u>EMENDA 520</u>	Senador Eduardo Gomes (PL-TO)	<i>Não serão incluídos na base de cálculo do IBS e da CBS os rendimentos auferidos nas aplicações de recursos financeiros para as provisões técnicas das operações de seguro de vida</i>
<u>EMENDA 521</u>	Senador Weverton (PDT-MA)	<i>Estados e municípios poderão dar incentivo de ITCMD para doações e causas mortis de universidades, hospitais, museus públicos, fundações de apoio a instituições públicas de ensino, fundos patrimoniais, Instituições Científicas e Tecnológicas e instituições sem fins lucrativos de relevância pública e social</i>
<u>EMENDA 522</u>	Senador Weverton (PDT-MA)	<i>Ajuste redacional para deixar mais clara a regra sobre o IBS incidente em fundos garantidores ou executores de políticas públicas dividido ou não em cotas</i>
<u>EMENDA 523</u>	Senador Plínio Valério (PSDB-AM)	<i>Definição mais clara de quais são as autoridades fiscais responsáveis pela condução da administração tributária</i>

<u>EMENDA 524</u>	Senador Plínio Valério (PSDB-AM)	Supressão de alteração no Código Tributário Nacional para que a expressão "autoridade" não fique em sentido amplo
<u>EMENDA 525</u>	Senador Carlos Portinho (PL-RJ)	Diminui a carga tributária incidente sobre SAFs (Sociedades Anônimas do Futebol). Exclui da base de cálculo do Regime de Tributação Específica do Futebol por 5 anos as receitas decorrentes da cessão de direitos desportivos de atletas
<u>EMENDA 526</u>	Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	Permite que plataformas digitais, de forma facultativa, emitam notas fiscais e recolham IBS e CBS em nome de fornecedores que não cumprirem essa obrigação, funcionando como substitutas tributárias. Também define prazos e limita penalidades às empresas responsáveis
<u>EMENDA 527</u>	Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	Apresentação de ao menos duas chapas por CNM e FNP para suas respectivas categorias de eleição do Comitê Gestor do IBS
<u>EMENDA 528</u>	Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	Pede percentual mínimo de 50% dos votos para que uma chapa para o Comitê Gestor do IBS seja eleita. Foi um pedido da CNM
<u>EMENDA 529</u>	Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	Prazo de apresentação de chapa será reaberto caso FNP ou CNM não apresentem o quantitativo mínimo
<u>EMENDA 530</u>	Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	Suprime trecho que permite atuação de indicados do comitê provisório até 31 de março de 2027. Retira trecho que determina realização da eleição pelo Comitê Gestor caso FNP e CNM não tenham elaborado um regulamento conjunto
<u>EMENDA 531</u>	Senador Izalci Lucas (PL-DF)	Insera mais entidades sem fins lucrativos na lista de não contribuintes do IBS e da CBS

<u>EMENDA 532</u>	Senador Izalci Lucas (PL-DF)	<i>Inclui as correntes da gasolina e diesel na sistemática monofásica do ICMS</i>
<u>EMENDA 533</u>	Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)	<i>Retira a condicionante de "veículo adaptado" para a alíquota zero de IBS e CBS na compra de automóveis por pessoas com deficiência capazes de dirigir</i>
<u>EMENDA 534</u>	Senador Flávio Arns (PSB-PR) e Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	<i>Venda de veículos para pessoas com autismo de qualquer grau fica com alíquota reduzida a zero</i>
<u>EMENDA 535</u>	Senadora Leila Barros (PDT-DF)	<i>Estados e municípios poderão dar incentivo de ITCMD para doações e causas mortis de universidades, hospitais, museus públicos, fundações de apoio a instituições públicas de ensino, fundos patrimoniais, Instituições Científicas e Tecnológicas e instituições sem fins lucrativos de relevância pública e social</i>
<u>EMENDA 536</u>	Senador Eduardo Gomes (PL-TO)	<i>Substitui a dedução da base de cálculo dos valores pagos entre participantes pela mecânica de reconhecimento de créditos tributários nos casos dos serviços de arranjos de pagamento</i>
<u>EMENDA 537</u>	Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	<i>Amplia redução de 60% de IBS e CBS para quaisquer operações e prestações de serviços de segurança da informação e segurança cibernética desenvolvidos por sociedade estabelecida com representante legal no Brasil</i>
<u>EMENDA 538</u>	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)	<i>Inclui as correntes da gasolina e diesel na sistemática monofásica do ICMS</i>

<u>EMENDA 539</u>	Senador Izalci Lucas (PL-DF)	Suprime trecho que permite atuação de indicados do comitê provisório até 31 de março de 2027. Retira dispositivo que determina realização da eleição pelo Comitê Gestor caso FNP e CNM não tenham elaborado um regulamento conjunto
<u>EMENDA 540</u>	Senador Izalci Lucas (PL-DF)	Considera "valor venal" o montante da operação declarado pelo contribuinte, com possibilidade de reconhecimento de divergência pelo Fisco a partir de processo administrativo
<u>EMENDA 541</u>	Senador Izalci Lucas (PL-DF)	Insera nominalmente as APIs (interfaces de programação de aplicações) no rol de gratuidade a acesso de sistemas informatizados, limitada às consultas mínimas necessárias para cumprimento das obrigações acessórias
<u>EMENDA 542</u>	Senador Izalci Lucas (PL-DF)	Suprime trecho que libera União e Comitê Gestor do IBS para definir hipóteses em que importações e aquisições no mercado interno de bens de capital serão realizadas com suspensão do pagamento do IBS e da CBS
<u>EMENDA 543</u>	Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)	Inclui Fundações de Apoio a Instituições Científicas e Tecnológicas sem fins lucrativos no rol de alíquota zero de IBS e CBS
<u>EMENDA 544</u>	Senador Jorge Seif (PL-SC)	O cálculo da receita média de referência de cada Estado, Distrito Federal e Município, considera valores anuais de 2019 a 2024, não mais de 2019 a 2026

<u>EMENDA 545</u>	Senador Jorge Seif (PL-SC)	Haverá suspensão automática de todos os processos administrativos tributários em caso de procedimento de harmonização de interpretação. Determina de forma mais clara quem pode pedir a harmonização
<u>EMENDA 546</u>	Senador Jorge Seif (PL-SC)	Utilização do valor patrimonial contábil como base de cálculo para o ITCMD na transmissão de quotas ou ações não negociadas em mercado de valores mobiliários
<u>EMENDA 547</u>	Senador Jorge Seif (PL-SC)	Proíbe fiscalizações simultâneas por diferentes entes sobre o mesmo contribuinte e exige auto de infração único em caso de atuação conjunta
<u>EMENDA 548</u>	Senador Jorge Seif (PL-SC)	Cria duas novas instâncias no Comitê Gestor do IBS: 1) Comitê Executivo, com função de liberar o Conselho Superior de atividades rotineiras e operacionais e 2) Câmara de Resolução de Conflitos, com objetivo de solucionar divergências relativas ao IBS
<u>EMENDA 549</u>	Senador Jorge Seif (PL-SC)	Ampliação da possibilidade de compensação de benefícios fiscais com quaisquer tributos e contribuições administrados pela RFB
<u>EMENDA 550</u>	Senadora Tereza Cristina (PP-MS)	Indicadores de melhoria na aprendizagem e de equidade, usados para repartir parte da arrecadação de ICMS e IBS entre municípios, devem ser ponderados pelo número de alunos da rede pública municipal
<u>EMENDA 551</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Na herança de imóvel rural de pequeno produtor, o ITCMD terá como base o menor valor entre o declarado no IR e o valor da terra nua

<u>EMENDA 552</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Fixa que, na herança de imóvel rural de pequeno produtor, o ITCMD terá como base o menor valor entre o declarado no IR e o valor da terra nua. Além disso, a 1ª faixa do ITCMD seja aplicada a transferências de terras, propriedades rurais e bens ligados à produção agropecuária, pesqueira e extrativista
<u>EMENDA 553</u>	Senador Weverton (PDT-MA)	Inclui as correntes da gasolina e diesel na sistemática monofásica do ICMS
<u>EMENDA 554</u>	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA)	Impõe teto de 5% ao Imposto Seletivo incidente em veículos
<u>EMENDA 555</u>	Senador Izalci Lucas (PL-DF)	Determina que a emissão de documentos fiscais durante a transição não sejam consideradas irregulares se forem realizadas nos moldes atuais. A regra vale até que sejam estabelecidos regulamentos sobre o tema
<u>EMENDA 558</u>	Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)	Inclui as correntes da gasolina e diesel na sistemática monofásica do ICMS
<u>EMENDA 559</u>	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)	Considera "valor venal" o montante pelo qual o bem ou direito for negociado à vista, em condições normais de mercado. Estabelece critérios técnicos para o cálculo do valor
<u>EMENDA 560</u>	Senador Eduardo Gomes (PL-TO)	A base de cálculo da tributação para programas de fidelidade passa a ser o valor dos pontos emitidos, descontados os resgates e ressarcimentos, e o adquirente dos pontos não terá direito a crédito
<u>EMENDA 561</u>	Senador Eduardo Gomes (PL-TO)	Sucos naturais com alíquota zero, desde que não tenham adição de açúcar ou de outros métodos de adoçantes. Também sem conservantes específicos

<u>EMENDA 562</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Possibilita apropriação de crédito presumido sobre o estoque de bens materiais ao contribuinte optante pelo Simples Nacional na opção de apurar e recolher o IBS e a CBS pelo regime regular
<u>EMENDA 563</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Unificação dos limites de receita bruta de IBS e CBS em R\$ 4,8 milhões no âmbito do Simples Nacional
<u>EMENDA 564</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Ampliação da possibilidade de compensação de benefícios fiscais com quaisquer tributos e contribuições administrados pela RFB
<u>EMENDA 565</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Utilização do valor patrimonial contábil como base de cálculo para o ITCMD na transmissão de quotas ou ações não negociadas em mercado de valores mobiliários
<u>EMENDA 566</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Proíbe fiscalizações simultâneas por diferentes entes sobre o mesmo contribuinte e exige auto de infração único em caso de atuação conjunta
<u>EMENDA 567</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Haverá suspensão automática de todos os processos administrativos tributários em caso de procedimento de harmonização de interpretação
<u>EMENDA 568</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	O cálculo da receita média de referência de cada Estado, Distrito Federal e Município, considera valores anuais de 2019 a 2024, não mais de 2019 a 2026

<u>EMENDA 569</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Estados e municípios poderão dar incentivo de ITCMD para doações e causas mortis de universidades, hospitais, museus públicos, fundações de apoio a instituições públicas de ensino, fundos patrimoniais, Instituições Científicas e Tecnológicas e instituições sem fins lucrativos de relevância pública e social
<u>EMENDA 570</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Definição mais ampla do que seria uma instituição sem fins lucrativos com relevância pública e retira condicionante de reconhecimento do Poder Público em determinados casos
<u>EMENDA 571</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Imunidade tributária no caso do ITCMD não seria anulada ou cassada, mas suspensa
<u>EMENDA 572</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Mudança redacional para garantir a anulação de créditos de cooperativas de produção agropecuária em casos de redução por fornecimento de equipamentos
<u>EMENDA 573</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Presença de 8 representantes dos contribuintes na Câmara Nacional de Integração do Contencioso Administrativo do IBS e da CBS
<u>EMENDA 574</u>	Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	Não incidência de ITCMD sobre descontos concedidos, abatimentos negociais ou qualquer outro perdão (total-parcial) de dívida com origem em operações de crédito por instituições financeiras
<u>EMENDA 575</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Emissores de títulos de dívida (como debêntures e notas comerciais) possam apropriar créditos tributários quando esses papéis forem detidos por instituições financeiras por meio de fundos de investimento

<u>EMENDA 576</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Possibilidade de as plataformas digitais espontaneamente regularizarem a situação de fornecedores que deixaram de emitir os documentos fiscais apropriados
<u>EMENDA 577</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Exclui da base de cálculo do IBS e da CBS os rendimentos obtidos em aplicações financeiras destinadas à cobertura das provisões técnicas dos seguros de vida
<u>EMENDA 578</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Cria duas novas instâncias no Comitê Gestor do IBS: 1) Comitê Executivo, com função de liberar o Conselho Superior de atividades rotineiras e operacionais e 2) Câmara de Resolução de Conflitos, com objetivo de solucionar divergências relativas ao IBS
<u>EMENDA 579</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Insera mais entidades sem fins lucrativos na lista de não contribuintes do IBS e da CBS
<u>EMENDA 580</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Inclui as correntes da gasolina e diesel na sistemática monofásica do ICMS
<u>EMENDA 581</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Retira a condicionante de "veículo adaptado" para a alíquota zero de IBS e CBS na compra de automóveis por pessoas com deficiência capazes de dirigir
<u>EMENDA 582</u>	Senador Rogério Carvalho (PT-SE)	Receita ou Comitê Gestor poderão prorrogar, por igual período, o prazo de 30 dias estabelecido para avaliar a minuta de resposta à consulta formulada pelo outro órgão
<u>EMENDA 583</u>	Senador Rogério Carvalho (PT-SE)	Nova alínea para tratar separadamente vale-transporte, refeição e alimentação no artigo sobre bens e consumo pessoal

<u>EMENDA 584</u>	Senador Rogério Carvalho (PT-SE)	<i>Deixa claro na LC 214 de 2025 que a legislação a ser considerada na apuração do nível dos benefícios fiscais é aquela vigente em 31 de maio de 2023 para fins do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais</i>
<u>EMENDA 585</u>	Senador Rogério Carvalho (PT-SE)	<i>Explicitação de que só haverá créditos presumidos de IBS e CBS a partir de 2027</i>
<u>EMENDA 586</u>	Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)	<i>Muda o período de referência para o cálculo da alíquota de IBS e CBS de 2024 para 2026</i>
<u>EMENDA 587</u>	Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)	<i>Impõe teto de 5% ao Imposto Seletivo incidente em veículos</i>
<u>EMENDA 588</u>	Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)	<i>Reforça a autonomia do Comitê Gestor do IBS, limita a influência do Carf e cria novos mecanismos de recurso na Câmara Nacional de Integração do Contencioso Administrativo do IBS e da CBS</i>
<u>EMENDA 589</u>	Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	<i>Muda o período de referência para o cálculo da alíquota de IBS e CBS de 2024 para 2026</i>
<u>EMENDA 590</u>	Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	<i>Suprime-se trecho que determina as regras da indicação dos membros da FNP e CNM para o Comitê Gestor durante a transição</i>
<u>EMENDA 591</u>	Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB)	<i>Explicita que a consolidação de documentos deverá ser feita no nível municipal</i>
<u>EMENDA 592</u>	Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB)	<i>Substitui a dedução da base de cálculo dos valores pagos entre participantes pela mecânica de reconhecimento de créditos tributários nos casos dos serviços de arranjos de pagamento</i>

<u>EMENDA 593</u>	Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB)	O valor declarado pelo contribuinte no ITBI tem presunção de veracidade. O fisco só pode contestar esse valor por processo administrativo regular, vedado o arbitramento unilateral
<u>EMENDA 594</u>	Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	Inclui as correntes da gasolina e diesel na sistemática monofásica do ICMS
<u>EMENDA 595</u>	Senador Rogério Carvalho (PT-SE)	Regulamento estabelecerá hipóteses em que o débito da antecipação de pagamento seja registrado no período de apuração do fornecimento, quando o intervalo entre a apuração e o vencimento for de até 5 dias
<u>EMENDA 596</u>	Senador Rogério Carvalho (PT-SE)	Traz regras mais detalhadas sobre os trechos sobre a aplicação de penalidades, inclusive com estabelecimento de tributo de referência durante a transição
<u>EMENDA 597</u>	Senador Izalci Lucas (PL-DF)	Retoma regra aprovada na Câmara que dá condições específicas de regularização de débito em casos de julgamentos fiscais desfavoráveis ao contribuinte
<u>EMENDA 598</u>	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	ITCMD não incide sobre benefício devido em razão de contrato de previdência privada complementar, de seguro, de pecúlio ou similares
<u>EMENDA 599</u>	Senador Laércio Oliveira (PP-SE)	Ampliação da possibilidade de compensação de benefícios fiscais com quaisquer tributos e contribuições administrados pela RFB
<u>EMENDA 600</u>	Senador Laércio Oliveira (PP-SE)	Considera "valor venal" o montante pelo qual o bem ou direito for negociado à vista, em condições normais de mercado. Estabelece critérios técnicos para o cálculo do valor

<u>EMENDA 601</u>	Senador Izalci Lucas (PL-DF)	<i>Amplia redução de 60% de IBS e CBS para operações e prestações de serviços de segurança da informação e segurança cibernética desenvolvidos por sociedade estabelecida com representante</i>
<u>EMENDA 602</u>	Senador Weverton (PDT-MA)	<i>Inclui Fundações de Apoio a Instituições Científicas e Tecnológicas sem fins lucrativos no rol de alíquota zero de IBS e CBS</i>
<u>EMENDA 603</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	<i>Necessidade de encontros presenciais ou híbridos para a instância de uniformização da jurisprudência do IBS, a depender da complexidade do caso</i>
<u>EMENDA 604</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	<i>Considera "valor venal" o montante da operação declarado pelo contribuinte, com possibilidade de reconhecimento de divergência pelo Fisco a partir de processo administrativo</i>
<u>EMENDA 605</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	<i>Permite que plataformas digitais, de forma facultativa, emitam notas fiscais e recolham IBS e CBS em nome de fornecedores que não cumprirem essa obrigação, funcionando como substitutas tributárias. Também define prazos, limita penalidades às empresas responsáveis</i>
<u>EMENDA 606</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	<i>Permite que entidades sem fins lucrativos integrem o quadro societário de microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, desde que observados os critérios legais</i>
<u>EMENDA 607</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	<i>MEIs podem realizar exportações até o limite de seu enquadramento, sem que isso implique perda do regime diferenciado</i>

<u>EMENDA 608</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Utilização do valor patrimonial contábil como base de cálculo para o ITCMD na transmissão de quotas ou ações não negociadas em mercado de valores mobiliários
<u>EMENDA 609</u>	Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)	Adiciona mais critérios para a elegibilidade de alíquotas do IBS e da CBS sobre o fornecimento dos medicamentos
<u>EMENDA 610</u>	Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	Exclusão do limite máximo de 2% para a alíquota do Imposto Seletivo sobre bebidas açucaradas
<u>EMENDA 611</u>	Senador Lucas Barreto (PSD-AP)	Considera praticagem como prestação de serviço de exportação
<u>EMENDA 612</u>	Senadora Tereza Cristina (PP-MS)	Muda a redação para incluir o termo de leites vegetais no rol de redução de 60% da alíquota padrão. O NCM que poderia incluir os produtos já estava incluso, portanto, o texto visa dar mais clareza
<u>EMENDA 613</u>	Senador Wellington Fagundes (PL-MT)	Apresentação de ao menos duas chapas por CNM e FNP para suas respectivas categorias de eleição do Comitê Gestor do IBS
<u>EMENDA 614</u>	Senador Wellington Fagundes (PL-MT)	Pede percentual mínimo de 50% dos votos para que uma chapa para o Comitê Gestor do IBS seja eleita. Foi um pedido da CNM
<u>EMENDA 615</u>	Senador Wellington Fagundes (PL-MT)	Muda a redação para incluir o termo de leites vegetais no rol de redução de 60% da alíquota padrão. O NCM dos produtos já estava incluso, portanto, o texto visa dar mais clareza

<u>EMENDA 616</u>	Senador Wellington Fagundes (PL-MT)	Suprime trecho que permite atuação de indicados do comitê provisório até 31 de março de 2027. Retira trecho que determina realização da eleição pelo Comitê Gestor caso FNP e CNM não tenham elaborado um regulamento conjunto
<u>EMENDA 617</u>	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)	Molho e extrato de tomate entram no rol de alíquota reduzida em 60%
<u>EMENDA 618</u>	Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	Venda interna de produtos de ZPEs sem multa e juros sobre tributos suspensos e zera alíquotas de IBS e CBS para serviços adquiridos por essas empresas
<u>EMENDA 619</u>	Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB)	Flls detidos majoritariamente por fundos de pensão e entidades de previdência estabelecidos no exterior não são contribuintes de IBS e CBS
<u>EMENDA 620</u>	Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB)	Garante indicação de representantes das procuradorias pelo Conselho Nacional da Advocacia Pública Fiscal. Permite manifestação prévia das procuradorias sobre questões envolvendo mudanças no IBS
<u>EMENDA 621</u>	Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB)	Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias terá, também, um representante da PGFN. Além disso, 2 representantes do Comitê Gestor, sendo um procurador de estado e outro de município. Os 3 membros não têm direito à voto

<u>EMENDA 622</u>	Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB)	Obriga o Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias a ouvir o Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias, que fica com o rol de análise de controvérsias da CBS e do IBS ampliado. O procurador-geral da Fazenda Nacional, o presidente do colégio de procuradores do ramo nos estados e o Conselho Nacional da Advocacia Pública Fiscal podem provocar o fórum de harmonização
<u>EMENDA 623</u>	Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)	Permite que plataformas digitais, de forma facultativa, emitam notas fiscais e recolham IBS e CBS em nome de fornecedores que não cumprirem essa obrigação, funcionando como substitutas tributárias. Também define prazos, limita penalidades às empresas responsáveis
<u>EMENDA 624</u>	Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)	Condiciona o recolhimento solidário de IBS e CBS de fornecedor não inscrito ao descumprimento do dever de prestar as informações corretas ao Comitê Gestor e à Receita. Muda a redação para deixar claro que quaisquer empresas unicamente de processamento de pagamentos não são plataformas digitais
<u>EMENDA 625</u>	Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)	Emissores de títulos de dívida (como debêntures e notas comerciais) possam apropriar créditos tributários quando esses papéis forem detidos por instituições financeiras por meio de fundos de investimento
<u>EMENDA 626</u>	Senador Esperidião Amin (PP-SC)	Altera a redação para manter o prazo de 5 anos para análise do Fisco sobre saldos credores de ICMS

<u>EMENDA 627</u>	Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)	São algumas mudanças centrais: 1) Operações com energia elétrica destinadas sob o regime regular sempre terão a matriz como o local da operação, independentemente de onde foi a entrada, entrega ou fruição da energia; 2) Referência ao balanço energético devedor como critério para definição do local da operação; 3) Base de cálculo dessas operações será o valor da liquidação financeira apurada pela CCEE
<u>EMENDA 628</u>	Senador Rogério Carvalho (PT-SE)	Inclui a atividade de proteção patrimonial mutualista no regime específico de incidência IBS e da CBS
<u>EMENDA 629</u>	Senador Carlos Portinho (PL-RJ)	Imposto Seletivo sobre produtos fumígenos terá alíquotas progressivas conforme o grau de nocividade à saúde
<u>EMENDA 630</u>	Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	Não incidência de ITCMD sobre descontos concedidos, abatimentos negociais ou qualquer outro perdão (total/parcial) de dívida com origem em operações de crédito e investimentos por instituições financeiras
<u>EMENDA 631</u>	Senadora Augusta Brito (PT-CE)	Muda o período de referência para o cálculo da alíquota de IBS e CBS de 2024 para 2026
<u>EMENDA 632</u>	Senador Wellington Fagundes (PL-MT)	Considera "valor venal" o montante pelo qual o bem ou direito for negociado à vista, em condições normais de mercado. Estabelece critérios técnicos para o cálculo do valor.

<u>EMENDA 633</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	<i>Determina que a emissão de documentos fiscais durante a transição não sejam consideradas irregulares se forem realizadas nos moldes atuais. A regra vale até que sejam estabelecidos regulamentos sobre o tema</i>
<u>EMENDA 634</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	<i>Explicitação de que só haverá créditos presumidos de IBS e CBS a partir de 2027</i>
<u>EMENDA 635</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	<i>Inclui Fundações de Apoio a Instituições Científicas e Tecnológicas sem fins lucrativos no rol de alíquota zero de IBS e CBS</i>
<u>EMENDA 636</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	<i>Deixa claro que créditos tributários sobre e benefícios como vale-transporte ou auxílio-alimentação não são condicionados a acordo ou convenção coletiva</i>
<u>EMENDA 637</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	<i>Receita ou Comitê Gestor poderão prorrogar, por igual período, o prazo de 30 dias estabelecido para avaliar a minuta de resposta à consulta formulada pelo outro órgão</i>
<u>EMENDA 638</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	<i>Deixa claro na LC 214 de 2025 que a legislação a ser considerada na apuração do nível dos benefícios fiscais é aquela vigente em 31 de maio de 2023 para fins do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais</i>
<u>EMENDA 639</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	<i>Impõe teto de 5% ao Imposto Seletivo incidente em veículos</i>
<u>EMENDA 640</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	<i>Imposto Seletivo não incide sobre a exportação de bens e serviços</i>

<u>EMENDA 641</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Explicita que a consolidação de documentos deverá ser feita no nível municipal
<u>EMENDA 642</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Substitui a dedução da base de cálculo dos valores pagos entre participantes pela mecânica de reconhecimento de créditos tributários nos casos dos serviços de arranjos de pagamento
<u>EMENDA 643</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	1) Exclusão dos juros de mora para débitos decididos pelo voto de qualidade, desde que o contribuinte manifeste a intenção de pagar no prazo de 90 dias; 2) Pagamento pode ser parcelado em até 12 parcelas, corrigidas com juro de mora; 3) dispensa da apresentação de garantia vale apenas para contribuintes com capacidade de pagamento (há exceção)
<u>EMENDA 644</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Amplia redução de 60% de IBS e CBS para operações e prestações de serviços de segurança da informação e segurança cibernética desenvolvidos por sociedade estabelecida com representante legal no Brasil
<u>EMENDA 645</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Considera "valor venal" o montante pelo qual o bem ou direito for negociado à vista, em condições normais de mercado. Estabelece critérios técnicos para o cálculo do valor
<u>EMENDA 646</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Regulamento estabelecerá hipóteses em que o débito da antecipação de pagamento seja registrado no período de apuração do fornecimento, quando o intervalo entre a apuração e o vencimento for de até 5 dias

<u>EMENDA 647</u>	Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)	Mantém a contribuição pelas fundações públicas instituídas ou mantidas pelo Poder Público para o Pasep à alíquota de 1% com base na folha de salários a partir de 1º de janeiro de 2027
<u>EMENDA 648</u>	Senador Rogério Carvalho (PT-SE)	Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias fica com o rol de análise de controvérsias da CBS e do IBS ampliado
<u>EMENDA 649</u>	Senador Rogério Carvalho (PT-SE)	Acrescenta a inscrição em dívida ativa no rol de competências da Diretoria de Procuradorias, no caso de delegação ao CGIBS
<u>EMENDA 650</u>	Senador Rogério Carvalho (PT-SE)	Receita ou Comitê Gestor poderão prorrogar, por igual período, o prazo de 30 dias estabelecido para avaliar a minuta de resposta à consulta formulada pelo outro órgão
<u>EMENDA 652</u>	Senador Eduardo Gomes (PL-TO)	Aumenta para 1,2% o limite máximo do produto da arrecadação com IBS de cada ente que vai para o Comitê Gestor, destinando a devolução de ao menos 5-6 do montante
<u>EMENDA 653</u>	Senador Alan Rick (UNIÃO-AC)	Emissores de títulos de dívida (como debêntures e notas comerciais) possam apropriar créditos tributários quando esses papéis forem detidos por instituições financeiras por meio de fundos de investimento
<u>EMENDA 654</u>	Senador Plínio Valério (PSDB-AM)	Muda trecho do Código Tributário Nacional para deixar claro que as "autoridades" mencionadas no texto são de integrantes das carreiras específicas das administrações tributárias dos entes federativos

<u>EMENDA 655</u>	Senador Weverton (PDT-MA)	<i>A base de cálculo da tributação para programas de fidelidade passa a ser o valor dos pontos emitidos, descontados os resgates e ressarcimentos, e o adquirente dos pontos não terá direito a crédito</i>
<u>EMENDA 657</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	<i>Aproveitamento do crédito de IBS e CBS para despesas com marketing, publicidade e impulsionamento pago se o contribuinte atuar de forma on-line. Precisa-se comprovar que a despesa é essencial para o funcionamento do negócio</i>
<u>EMENDA 658</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	<i>Ajuste redacional para deixar mais clara a regra sobre o IBS incidente em fundos garantidores ou executores de políticas públicas dividido ou não em cotas</i>
<u>EMENDA 659</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	<i>Inclui a atividade de proteção patrimonial mutualista no regime específico de incidência IBS e da CBS</i>
<u>EMENDA 660</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	<i>Não incidência de ITCMD sobre descontos concedidos, abatimentos negociais ou qualquer outro perdão (total-parcial) de dívida com origem em operações de crédito por instituições financeiras</i>
<u>EMENDA 661</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	<i>Fils detidos majoritariamente por fundos de pensão e entidades de previdência estabelecidos no exterior não são contribuintes de IBS e CBS</i>
<u>EMENDA 663</u>	Senador Dr. Hiran (PP-RR)	<i>Adiciona mais critérios para a elegibilidade de alíquotas do IBS e da CBS sobre o fornecimento dos medicamentos</i>

<u>EMENDA 665</u>	Senador Rogério Carvalho (PT-SE)	<i>A base de cálculo da tributação para programas de fidelidade passa a ser o valor dos pontos emitidos, descontados os resgates e ressarcimentos, e o adquirente dos pontos não terá direito a crédito</i>
<u>EMENDA 666</u>	Senador Eduardo Gomes (PL-TO)	<i>Obriga o Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias a ouvir o Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias</i>
<u>EMENDA 667</u>	Senador Eduardo Gomes (PL-TO)	<i>Ajuste redacional para evitar centralização de atos normativos sobre inscrição de dívida ativa unicamente no Comitê Gestor do IBS</i>
<u>EMENDA 668</u>	Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	<i>Permite designação provisória por estados e municípios de servidores para o Comitê Gestor do IBS até 30 de junho de 2026</i>
<u>EMENDA 669</u>	Senador Wellington Fagundes (PL-MT)	<i>Não será aplicada penalidade na emissão de notas fiscais eletrônica caso o documento necessário não esteja indisponível</i>
<u>EMENDA 670</u>	Senador Wellington Fagundes (PL-MT)	<i>Obriga o Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias a ouvir o Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias, que fica com o rol de análise de controvérsias da CBS e do IBS ampliado. O procurador-geral da Fazenda Nacional, o presidente do colégio de procuradores do ramo nos estados e o Conselho Nacional da Advocacia Pública Fiscal podem provocar o fórum de harmonização</i>

<u>EMENDA 671</u>	Senador Wellington Fagundes (PL-MT)	<i>Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias fica com o rol de análise de controvérsias da CBS e do IBS ampliado. O procurador-geral da Fazenda Nacional, o presidente do colégio de procuradores do ramo nos estados e o Conselho Nacional da Advocacia Pública Fiscal podem provocar o fórum de harmonização</i>
<u>EMENDA 672</u>	Senador Wellington Fagundes (PL-MT)	<i>Obriga o Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias a ouvir o Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias</i>
<u>EMENDA 673</u>	Senador Beto Faro (PT-PA)	<i>Muda redação em busca de uma participação explícita da sociedade civil da avaliação quinzenal da reforma</i>
<u>EMENDA 674</u>	Senador Beto Faro (PT-PA)	<i>Muda redação em busca de uma participação explícita da sociedade civil da avaliação quinzenal da reforma</i>
<u>EMENDA 675</u>	Senador Izalci Lucas (PL-DF)	<i>Aumenta para 1,2% o limite máximo do produto da arrecadação com IBS de cada ente que vai para o Comitê Gestor, destinando a devolução de ao menos 5-6 do montante</i>
<u>EMENDA 676</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	<i>Acrescenta a inscrição em dívida ativa no rol de competências da Diretoria de Procuradorias, no caso de delegação do CGIBS</i>
<u>EMENDA 677</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	<i>A base de cálculo da tributação para programas de fidelidade passa a ser o valor dos pontos emitidos, descontados os resgates e ressarcimentos, e o adquirente dos pontos não terá direito a crédito</i>
<u>EMENDA 678</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	<i>Minuta conjunta de solução de consulta será considerada aprovada caso um dos órgão não analise o documento no prazo</i>

<u>EMENDA 679</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Mantém a contribuição pelas fundações públicas instituídas ou mantidas pelo Poder Público para o Pasep à alíquota de 1% com base na folha de salários a partir de 1º de janeiro de 2027
<u>EMENDA 680</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias fica com o rol de análise de controvérsias da CBS e do IBS ampliado
<u>EMENDA 681</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Obriga o Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias a ouvir o Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias
<u>EMENDA 682</u>	Senador Plínio Valério (PSDB-AM)	Estabelece que basta ao servidor fiscalizar, lançar de tributos ou fazer cobrança administrativa para ser considerado autoridade fiscal
<u>EMENDA 683</u>	Senador Weverton (PDT-MA)	Só servidores efetivos da carreira de procurador podem fazer cobrança extrajudicial e judicial após inscrição em dívida ativa e de representação judicial da Fazenda Pública
<u>EMENDA 684</u>	Senador Izalci Lucas (PL-DF)	Modifica o regime tributário das compras governamentais, estabelecendo regras de alíquotas, redutores progressivos e destinação da arrecadação de IBS e CBS entre os entes federativos, com transição gradual
<u>EMENDA 685</u>	Senador Beto Faro (PT-PA)	Acrescenta a inscrição em dívida ativa no rol de competências da Diretoria de Procuradorias
<u>EMENDA 686</u>	Senador Beto Faro (PT-PA)	Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias fica com o rol de análise de controvérsias da CBS e do IBS ampliado
<u>EMENDA 687</u>	Senador Mecias de Jesus	Exclusão de rendimentos produzidos por títulos de dívidas

	(REPUBLICANOS-RR)	para efeito de apuração do IBS e CBS
<u>EMENDA 688</u>	Senador Humberto Costa (PT-PE)	Exclusão do limite máximo de 2% para a alíquota do Imposto Seletivo sobre bebidas açucaradas
<u>EMENDA 689</u>	Senador Humberto Costa (PT-PE)	Muda redação em busca de uma participação explícita da sociedade civil da avaliação quinquenal da reforma
<u>EMENDA 690</u>	Senador Humberto Costa (PT-PE)	Muda redação em busca de uma participação explícita da sociedade civil da avaliação quinquenal da reforma
<u>EMENDA 691</u>	Senador Pedro Chaves (MDB-GO)	Molho e extrato de tomate entram no rol de alíquota reduzida em 60%
<u>EMENDA 692</u>	Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP)	Retira o trecho que determina que a representação titular dos estados no Comitê Gestor seja exercida por "autoridade máxima" da administração tributária
<u>EMENDA 693</u>	Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB)	Modifica o regime tributário das compras governamentais, estabelecendo regras de alíquotas, redutores progressivos e destinação da arrecadação de IBS e CBS entre os entes federativos, com transição gradual
<u>EMENDA 694</u>	Senadora Augusta Brito (PT-CE)	Insero o Rehidro (Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono) no Reit (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura)
<u>EMENDA 695</u>	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA)	Permite que plataformas digitais, de forma facultativa, emitam notas fiscais e recolham IBS e CBS em nome de fornecedores que não cumprirem essa obrigação, funcionando como substitutas tributárias. Também define prazos,

		<i>limita penalidades às empresas responsáveis</i>
<u>EMENDA 696</u>	Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)	<i>Ajuste redacional para manter, em essência, o regime tributário atual das lojas francas</i>
<u>EMENDA 697</u>	Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	<i>Define-se autoridade fiscal como "o servidor efetivo das carreiras da administração tributária"</i>
<u>EMENDA 698</u>	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)	<i>Inclui as correntes da gasolina e diesel na sistemática monofásica do ICMS</i>
<u>EMENDA 699</u>	Senador Irajá (PSD-TO)	<i>A base de cálculo da tributação para programas de fidelidade passa a ser o valor dos pontos emitidos, descontados os resgates e ressarcimentos, e o adquirente dos pontos não terá direito a crédito</i>
<u>EMENDA 700</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	<i>Aumenta para 1,2% o limite máximo do produto da arrecadação com IBS de cada ente que vai para o Comitê Gestor, destinando a devolução de ao menos 5-6 do montante</i>
<u>EMENDA 701</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	<i>Traz regras mais detalhadas sobre os trechos sobre a aplicação de penalidades, inclusive com estabelecimento de tributo de referência durante a transição</i>
<u>EMENDA 702</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	<i>Teto de 0,2% para o imposto seletivo sobre concursos de prognósticos e fantasy sport</i>
<u>EMENDA 703</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	<i>Imposto Seletivo sobre produtos fumígenos terá alíquotas progressivas conforme o grau de nocividade à saúde</i>
<u>EMENDA 704</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	<i>Presença de 8 representantes dos contribuintes na Câmara Nacional de Integração do Contencioso Administrativo do IBS e da CBS</i>

<u>EMENDA 705</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Adicional de periculosidade e aos conselheiros que atuarem nos colegiados do IBS e que atuam junto ao Carf
<u>EMENDA 706</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Só servidores efetivos da carreira de procurador podem fazer cobrança extrajudicial e judicial de inscrição em dívida ativa e de representação judicial da Fazenda Pública
<u>EMENDA 707</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Possibilidade de impugnação ao cálculo no split payment
<u>EMENDA 708</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Representantes dos contribuintes na Câmara Nacional de Integração do Contencioso Administrativo do IBS e da CBS podem ser escolhidos entre ex-conselheiros da Câmara Superior do Carf ou da Câmara Superior do CGIBS. A partir de 2031, será exigida a experiência de ao menos 2 mandatos em cada caso
<u>EMENDA 709</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Representantes dos contribuintes na Câmara Nacional de Integração do Contencioso Administrativo do IBS e da CBS podem ser escolhidos entre ex-conselheiros da Câmara Superior do Carf ou da Câmara Superior do CGIBS. A partir de 2031, será exigida a experiência de ao menos 2 mandatos em cada caso. Indicação por entidades representativas de setores da economia

<u>EMENDA 710</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Representantes dos contribuintes na Câmara Nacional de Integração do Contencioso Administrativo do IBS e da CBS podem ser escolhidos entre ex-conselheiros da Câmara Superior do Carf ou da Câmara Superior do CGIBS. A partir de 2031, será exigida a experiência de ao menos 2 mandatos em cada caso. Indicação por entidades e por quem indicou os representantes da Fazenda Nacional
<u>EMENDA 711</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Possibilita (não obriga) que o Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias ouça o Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias em eventual necessidade
<u>EMENDA 712</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Suprime-se trecho que determina as regras da indicação dos membros da FNP e CNM para o Comitê Gestor durante a transição
<u>EMENDA 713</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Modifica o regime tributário das compras governamentais, estabelecendo regras de alíquotas, redutores progressivos e destinação da arrecadação de IBS e CBS entre os entes federativos, com transição gradual
<u>EMENDA 714</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Muda redação em busca de uma participação explícita da sociedade civil da avaliação quinquenal da reforma
<u>EMENDA 715</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Muda redação em busca de uma participação explícita da sociedade civil da avaliação quinquenal da reforma
<u>EMENDA 716</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Altera a redação para manter o prazo de 5 anos para análise do Fisco sobre saldos credores de ICMS

<u>EMENDA 717</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Assegura que integrantes de julgamento e harmonização de contencioso só poderão ser responsabilizados civilmente "quando proceder comprovadamente com dolo ou fraude"
<u>EMENDA 718</u>	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	Critérios mais complexos de distribuição de arrecadação do IBS de previdência complementar e para títulos de capitalização, que não considerem só o domicílio principal do beneficiário
<u>EMENDA 719</u>	Senadora Jussara Lima (PSD-PI)	Reforça a autonomia do Comitê Gestor do IBS, limita a influência do Carf e cria novos mecanismos de recurso na Câmara Nacional de Integração do Contencioso Administrativo do IBS e da CBS